

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Springs Global Participações S.A. (“Companhia”) é sediada na avenida Lincoln Alves dos Santos, número 955, em Montes Claros - MG, e foi constituída em 24 de novembro de 2005. Em 24 de janeiro de 2006, recebeu, como contribuição de capital, 100% das ações da Coteminas S.A. (“CSA”) e da Springs Global US, Inc. (“SGUS”), empresas privadas sediadas no Brasil e nos Estados Unidos, respectivamente, e que tinham como acionistas a Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas (“CTNM”), atual controladora da Companhia, e ex-acionistas da Springs Industries, Inc. (“SI”), respectivamente. Em 30 de abril de 2009, iniciou suas atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob as marcas MMartan e Casa Moyses e posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo com essas bandeiras são operadas pela controlada AMMO Varejo Ltda. (“AMMO”).

A partir de 27 de julho de 2007, as ações da Companhia passaram a ser negociadas no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o código de negociação “SGPS3”.

A Companhia conta com marcas líderes nos seus mercados, tais como MMartan, Casas Moysés, Artex, Santista, Paládio, Calfat, Garcia, Arco Íris, Magicolor, entre outras. A Companhia ocupa posição privilegiada, através de suas marcas e seus produtos, nas prateleiras dos mais exigentes e maiores varejistas do mundo.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras, em 15 de março de 2019, foi concluída operação de venda dos ativos operacionais da controlada norte americana SGUS. Desta forma, conforme explicado naquela nota, a partir daquela data, a controlada SGUS passa a deter 17,5% da empresa combinada, Keeco, LLC, e deixa de comercializar diretamente seus produtos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 5 de abril de 2019.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajustes acumulados de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma

incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais do instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de Instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90

dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários referentes à fundos de investimento em instrumentos patrimoniais são classificados como ativos financeiros, não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultados. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajustes acumulados de conversão" no patrimônio líquido e também apresentado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando atendem os critérios para capitalização.

(l) Arrendamento mercantil--Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente durante o prazo do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa do padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os aluguéis contingentes, tanto para os arrendamentos financeiros como para os operacionais, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A controlada SGUS constitui provisão para custos de arrendamento não recuperáveis, que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de unidades arrendadas), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas.

(m) Propriedades para investimento--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do exercício.

(n) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
UHE Porto Estrela	35 anos
Móveis, utensílios e outros	5 a 10 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(o) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais, propriedade intelectual e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(p) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício. As perdas com o ativo imobilizado reconhecidas em outros períodos poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no

resultado do exercício e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(g) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no exercício, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 24% a 35%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(r) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(s) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(t) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(u) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(v) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes acumulados de conversão".

(w) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(x) Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração

prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

(y) Acionista controlador e não controlador--Nas demonstrações financeiras, “acionista controlador” representa todos os acionistas da Companhia e “não-controlador” representa a participação dos acionistas minoritários das controladas da Companhia.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas CSA, AMMO e SGUS, das quais possui direta e indiretamente 100% do capital social.

A controlada CSA, controladora da Coteminas Argentina S.A., da LAT Capital Ltd. e da C7S Tecnologia Ltda., das quais possui 100% do capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

A controlada SGUS, controladora de: (i) Warbird Corporation (Delaware, EUA); (ii) Springs Home Textiles Reynosa, S.A. de C.V. (México); (iii) Casa Springs S.A. de C.V. (México); (iv) Springmaid International, Inc. (Índia); (v) Springs Canada, Inc. (Ontário, Canadá); (vi) Springs Brands, LLC (Delaware, EUA); (vii) Springs Cayman Holding Ltd. (Ilhas Caiman); (viii) Springs Shanghai Trading Co., Ltd. (China) todas com participação de 100,0%, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros ou prejuízos não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajustes acumulados de conversão”. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não-controladores.

As demonstrações financeiras das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, para as contas do balanço patrimonial e o resultado foi convertido pelas taxas mensais.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>Variação</u>
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	3,8748	3,3080	17,1%
Taxa média:			
31 de dezembro (12 meses)	3,6796	3,2031	14,9%

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (IAS 29 - Financial Reporting in Hyperinflationary Economies) passou a ser requerida. De acordo com o IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

Os índices utilizados pela Companhia na análise de impactos sobre a controlada indireta sediada na Argentina, foram baseados na resolução 539/18 emitida pela Federação Argentina de Conselho de Profissionais de Ciências Econômicas e foram os seguintes: i) até 31 de dezembro de 2016 o IPIM (índice interno de preços ao atacado) e ii) de 1º de janeiro de 2017 em diante o IPC nacional (índice nacional de preço ao consumidor).

O impacto nos ativos líquidos desta controlada indireta em 31 de dezembro de 2017 estão apresentados conforme abaixo:

	<u>Saldos históricos</u>	<u>Correção monetária</u>	<u>Saldos corrigidos</u>
Ativos:			
Estoque	58.720	967	59.687
Imobilizado	17.806	26.801	44.607
Intangível	9.157	2.271	11.428
Outros créditos	359	28	387
	-----	-----	-----
	86.042	30.067	116.109
Passivos:			
Imposto de renda diferido	-	10.172	10.172
	-----	-----	-----
	-	10.172	10.172
Patrimônio líquido	45.162	19.895	65.057
	=====	=====	=====

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

- a) Os pronunciamentos contábeis do IASB abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente

A Companhia não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras em adequação ao CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, uma vez que a receita já era reconhecida quando do cumprimento da obrigação de desempenho.

CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros

A Companhia adotou a norma a partir de 1º de janeiro de 2018 e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que tivessem impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia, haja visto que os instrumentos financeiros que mantém não são complexos e não apresentam risco de impacto em sua remensuração, assim como não apresentam risco de impairment, ou de redução de valor de forma significativa em função de expectativa de perdas futuras, sendo aplicada somente a classificação dos ativos financeiros nas categorias previstas.

IFRIC 22 - Transações em Moedas Estrangeiras e Adiantamentos

A IFRIC 22 aborda como deve ser definida a “data da transação”, com o objetivo de determinar a taxa de câmbio aplicável ao reconhecimento inicial de um ativo, despesa ou receita quando a contraprestação daquele item tiver sido paga ou recebida antecipadamente em moeda estrangeira, resultando no registro de ativos ou passivos não monetários (por exemplo, depósito não reembolsável ou receita diferida). A Interpretação especifica que a data da transação é a data na qual a entidade reconhece inicialmente ativos ou passivos não monetários resultantes do pagamento ou recebimento de contraprestação antecipada. Em caso de vários pagamentos ou recebimentos antecipados, a Interpretação requer que a entidade determine a data da transação para cada pagamento ou recebimento de contraprestação antecipada. A Companhia não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras em adequação a esta interpretação.

- b) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2018. Todavia, não foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas:

CPC 06 R2 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil

Em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 - Leasing, com principal objetivo de redefinir o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais. O correspondente Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil foi emitido em 21 de dezembro de 2017. A revisão desse pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019.

O novo pronunciamento introduz um modelo único para contabilização de contratos de arrendamento mercantil, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, resultando na contabilização da maioria dos contratos de arrendamento nos balanços das arrendatárias. A contabilidade dos arrendadores permanece substancialmente inalterada e a distinção entre contratos de arrendamento operacional e financeiro é mantida. A norma IFRS 16 substitui a norma IAS 17 e suas interpretações.

CPC 32 (IFRIC 23) - Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro

Em junho de 2017 o IASB emitiu a IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments, com o objetivo de clarificar a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro regulamentados pelo IAS 12 - Income Taxes, sendo o correspondente pronunciamento técnico o CPC 32. Este pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019.

Até a data da divulgação dessas demonstrações financeiras, os efeitos referentes à aplicação destes pronunciamentos não foram estimados e por esse motivo os impactos não estão sendo divulgados.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Operações compromissadas (*)	-	-	89.141	84.726
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	78	3.437
Depósitos no exterior	-	-	43.274	65.897
Depósitos em contas correntes	49	103	6.981	1.382
	-----	-----	-----	-----
	49	103	139.474	155.442
	=====	=====	=====	=====

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 90% a 100% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Bancários – CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	2018	2017
Renda fixa no exterior	6.142	16.969
Fundos de investimentos no exterior	10.138	17.585
Depósitos vinculados (US\$) (1)	75.729	63.819
Depósito restrito (2)	715	609
	-----	-----
	92.724	98.982
Circulante	(16.995)	(35.163)
	-----	-----
Não circulante	75.729	63.819
	=====	=====

(1) Refere-se a depósito mantido no exterior, vinculado ao empréstimo tomado junto ao Santander S.A. O rendimento é de 1,3% a.a. e o prazo para resgate coincide com os prazos do referido empréstimo.

(2) Em 31 de dezembro de 2018, a controlada SGUS possuía depósitos restritos em instituições financeiras no valor total US\$185 mil (US\$184 mil em 31 de dezembro de 2017) na condição de "Compensating balance arrangement".

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	2018	2017
Cientes no mercado interno	474.147	392.626
Cientes no mercado externo	38.069	118.944
Operadoras de cartão de crédito	10.648	4.771
Partes relacionadas – mercado interno	2.474	5.622
Partes relacionadas – mercado externo	2.814	1.476
	-----	-----
	528.152	523.439
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(24.354)	(25.792)
	-----	-----
	503.798	497.647
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 108 dias (71 dias em 31 de dezembro de 2017). Os valores vencidos estão apresentados abaixo e o saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato da composição da carteira de clientes da companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 10.000 clientes ativos em 31 de dezembro de 2018 e apenas um cliente concentra vendas de aproximadamente 6% das vendas líquidas.

A composição das duplicatas a receber consolidada por idade de vencimento é como segue:

	2018	2017
A vencer	462.278	439.698
Vencidas até 30 dias	16.863	28.740
Vencidas de 31 a 60 dias	940	4.165
Vencidas de 61 a 90 dias	487	2.418
Vencidas de 91 a 180 dias	1.069	2.355
Vencidas acima de 180 dias	46.515	46.063
	-----	-----
	528.152	523.439
	=====	=====

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa consolidada é como segue:

	2018	2017
Saldo no início do exercício	(25.792)	(21.118)
Adições	(1.730)	(5.485)
Baixas	-	868
Variação cambial	(233)	(57)
Operações descontinuadas (*)	3.401	-
	-----	-----
Saldo no final do exercício	(24.354)	(25.792)
	=====	=====

(*) Parcela da provisão referente as duplicatas a receber classificadas como “Ativos mantidos para venda” (vide nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras).

6. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

a. Estoques

	Consolidado	
	2018	2017
Matérias-primas e secundários	85.828	98.863
Produtos em elaboração	92.537	144.227
Produtos acabados	186.897	256.116
Peças de reposição	40.090	38.969
	-----	-----
	405.352	538.175
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos dos saldos das provisões para perdas que, na avaliação da Administração, são consideradas suficientes para cobrir perdas na realização com estoques descontinuados e/ou obsoletos. A movimentação da provisão é como segue:

	2017	(Adições) baixas	Variação cambial	Operações descontinua- das (*)	2018
Matérias-primas e secundários	(544)	(1.902)	-	-	(2.446)
Produtos em elaboração	-	(186)	-	-	(186)
Produtos acabados	(3.837)	(1.521)	(824)	6.177	(5)
Peças de reposição	(2.614)	1.042	369	-	(1.203)
	-----	-----	-----	-----	-----
	(6.995)	(2.567)	(455)	6.177	(3.840)
	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Parcela da provisão referente aos saldos de estoques classificados como “Ativos mantidos para venda” (vide nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras).

	2016	(Adições) baixas	Variação cambial	2017
Matérias-primas e secundários	(1.246)	702	-	(544)
Produtos acabados	(9.194)	5.196	161	(3.837)
Peças de reposição	(2.994)	530	(150)	(2.614)
	-----	-----	-----	-----
	(13.434)	6.428	11	(6.995)
	=====	=====	=====	=====

b. Adiantamentos a fornecedores

Referem-se a pagamentos efetuados pela controladora indireta à fornecedores de algodão, repassados para a controlada da Companhia.

7. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	2018	2017
Cientes em recuperação extra judicial (a)	14.611	17.500
Cientes em recuperação judicial (b)	2.103	2.091
Parcelamento de acordo com clientes (c)	719	211
Cientes em recuperação judicial (d)	1.499	1.549
Venda de imóvel (e)	14.057	17.480
Financiamento no repasse de lojas (f)	6.362	9.671
Outros créditos (g)	11.151	-
Outros	449	143
	-----	-----
	50.951	48.645
Circulante (*)	(11.017)	(11.257)
	-----	-----
Não circulante	39.934	37.388
	=====	=====

(*) Incluída na rubrica “Outros créditos a receber” no ativo circulante.

(a) Pagamento em 60 parcelas mensais iguais com incidência de taxa equivalente a 80% do índice dos certificados de depósitos interbancários – CDI.

(b) Pagamento em 20 parcelas semestrais com carência de 42 meses para início de pagamento em março de 2020, com juros de 0,5% a.a. mais taxa referencial – TR.

(c) Pagamento em até 36 parcelas fixas.

(d) Pagamento em 10 parcelas anuais crescentes com correção de 2% a 3% ao ano.

(e) Pagamento em 46 parcelas mensais com juros de 0,5% ao mês.

(f) Financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.

(g) Pagamento em parcela única em junho de 2021, com juros de 5% ao ano mais variação cambial do dólar norte americano.

8. VALORES A RECEBER – VENDA DE IMOBILIZADO

Em maio de 2015, a controlada CSA vendeu imóvel localizado na cidade de Montes Claros – MG, à prefeitura daquela cidade, pelo valor de R\$48.000 à prazo, a ser recebido em 12 parcelas de R\$1.000 cada, mais 24 parcelas de R\$1.500 cada, corrigidas pelo IGP-M desde a assinatura do contrato e com carência de 12 meses para o início dos pagamentos. O Poder Executivo entrou na posse do imóvel e iniciou as obras de “retrofit” naquela data, porém nenhum pagamento foi feito à controlada CSA.

Em janeiro de 2017, o Poder Executivo do município de Montes Claros, recém empossado, constituiu grupo de trabalho para reavaliar os benefícios econômicos e qualitativos do projeto, para juntos, controlada CSA e Prefeitura, estabelecerem uma nova condição de pagamento do contrato, à luz da atual situação financeira do município.

Em 27 de outubro de 2017, a Prefeitura de Montes Claros e a controlada CSA assinaram protocolo de intenções com o objetivo de viabilizar a implantação do complexo da nova Prefeitura Municipal que abrigaria o governo e as principais secretarias num único conjunto arquitetônico situado no imóvel da primeira fábrica da controlada CSA em Montes Claros. Os principais pontos do protocolo eram: i) entrega de imóveis da Prefeitura, previamente selecionados pela controlada CSA, para pagamento dos seus recebíveis, os quais seriam objeto de avaliação independente (estimado em 77% do valor total a ser recebido) mais a compensação de impostos municipais correntes e futuros (estimados em 23% do valor total a ser recebido) e ii) implantação pela controlada CSA da primeira etapa de adequação do complexo em até 7 meses após a assinatura do contrato, com investimentos feitos pela controlada CSA no valor de aproximadamente R\$10.477 que se incorporarão aos valores a serem pagos pela Prefeitura à controlada CSA.

Em 21 de dezembro de 2018 foi promulgada lei nº 5.111, ratificando o protocolo de intenções acima referido determinando que fosse liquidado o recebível da controlada CSA corrigido até 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$54.587, mais investimentos a serem realizados pela controlada CSA para a implantação da primeira etapa de adequação do complexo no valor orçado de até R\$11.208 (registrados em outras contas a pagar no passivo circulante) e reembolso dos valores despendidos pela controlada CSA com a contratação de projetos e avaliações independentes dos imóveis no valor de R\$383, da seguinte forma: (i) entrega de diversos imóveis de propriedade da Prefeitura, avaliados em R\$55.276; (ii) créditos de impostos e taxas municipais correntes e futuros, devidos pela controlada CSA e demais empresas do grupo econômico no valor de R\$10.902.

Os imóveis recebidos da Prefeitura para liquidação do recebível estão registrados na rubrica “Propriedades para investimento” e foram avaliados por especialistas contratados pela controlada CSA e também pela Prefeitura. Vide nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras.

Os créditos de impostos estão registrados na rubrica “Outros” no ativo não circulante. As compensações com os créditos de impostos e taxas municipais serão iniciadas após a entrega do retrofit pela controlada CSA, estimado para o segundo semestre de 2019. Os créditos são corrigidos anualmente por taxa SELIC.

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Investimentos diretos:

Controladas	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do exercício	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial (controladora)	
				2018	2017	2018	2017
SGUS (*)	251.491	100,0	22.689	251.491	150.045	22.689	28.509
CSA	1.101.263	100,0	54.516	1.101.263	1.007.863	54.516	(45.885)
AMMO	30.432	100,0	(4.995)	30.432	35.427	(4.995)	(11.060)
				-----	-----	-----	-----
				1.383.186	1.193.335	72.210	(28.436)
				=====	=====	=====	=====

(*) O resultado do exercício não inclui a parcela descontinuada do resultado de equivalência de R\$53.674 (R\$62.867 em 2017). Vide nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras.

b) Investimentos indiretos:

Investimentos da SGUS

	Patrimônio líquido	Participação-%	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
			2018	2017	2018	2017
Warbird Corporation (Delaware, EUA)	(38)	100,0	(38)	(31)	(1)	(17)
Springs Home Textiles Reynosa, S.A. de C.V. (México) (1)	2.064	100,0	2.064	1.760	(10)	(57)
Casa Springs S.A. de C.V. (México) (1)	1.760	100,0	1.760	1.820	(2)	(4)
Springmaid International, Inc. (Índia)	71	100,0	71	135	(80)	-
Springs Canada, Inc. (Ontário, Canadá) (2), (5)	63.357	100,0	63.357	51.669	8.624	3.602
Springs Brands, LLC (Delaware, EUA) (2), (3)	-	100,0	-	-	-	1.145
Springs Cayman Holding Ltd. (Ilhas Caiman) (2)	4.286	100,0	4.286	3.663	-	(10)
Springs Shanghai Trading Co., Ltd. (China) (4)	(931)	100,0	(931)	(661)	90	(653)

(1) Companhias subsidiárias integrais da Warbird Corporation (Delaware, EUA).

(2) Companhias subsidiárias integrais da SGUS. Anteriormente, essas companhias eram subsidiárias integrais da Springs Canada Holdings, LLC (Delaware, EUA), a qual foi incorporada, em 30 de dezembro de 2017.

(3) Em 31 de dezembro de 2017, a Springs Brands foi incorporada pela SGUS.

(4) Companhia subsidiária integral da Springs Cayman Holding Ltd. (Ilhas Caiman).

(5) A partir de 15 de março de 2019, essa companhia passa a ser subsidiária integral da Keeco Holdings, LLC, vide nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras.

Investimentos da CSA

Controladas -	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do exercício	Total dos investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
				2018	2017	2018	2017
Coteminas Argentina S.A. (1)	38.426	100,0	(44.708)	38.426	45.162	(44.708)	(13.807)
LAT Capital Ltd.	2.805	100,0	(862)	2.805	3.235	(862)	3.831
C7S Tecnologia Ltda. (2)	8.919	100,0	2.541	8.919	3.140	2.541	-
				-----	-----	-----	-----
				50.150	51.537	(43.029)	(9.976)
				=====	=====	=====	=====

(1) Em 2018 a CSA subscreveu e integralizou capital na controlada indireta no valor de R\$28.694.

(2) Em 2017, a controlada indireta estava em pré-operação e iniciou suas atividades a partir de fevereiro de 2018. Em dezembro de 2018, a CSA subscreveu capital na controlada no valor de R\$3.238, com créditos de mútuo.

10. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

	Imóveis para renda São Gonçalo		(3) Imóveis para valorização	
	Complexo comercial (1)	Complexo residencial (2)	Montes Claros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-
Transferência do imobilizado	43.722	-	-	43.722
Avaliação inicial do valor justo (*)	167.454	-	-	167.454
	-----	-----	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2017	211.176	-	-	211.176
Adições	16.115	93	55.276	71.484
Baixas	(93)	-	-	(93)
Transferência do imobilizado	2.744	-	-	2.744
Avaliação inicial do valor justo (*)	-	44.203	-	44.203
Variação do valor justo (**)	18.309	-	-	18.309
	-----	-----	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2018	248.251	44.296	55.276	347.823
	=====	=====	=====	=====

(*) Valores lançados como ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, deduzido de impostos.

(**) Valores lançados no resultado do exercício.

A controlada CSA obteve avaliações efetuadas por especialistas em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo de todos os imóveis e, a diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários, foi registrada em “Outros resultados abrangentes”, na categoria de itens que não afetarão o resultado no caso de avaliação inicial ao valor justo e no resultado do exercício quando apurada variação do valor justo a partir da segunda mensuração.

(1) Complexo comercial: No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a controlada CSA consolidou e deu início à implantação de projeto de locação segmentada de sua unidade fabril localizada em São Gonçalo do Amarante – RN, que foi desativada anteriormente. Como forma de implantação do projeto, ao longo daquele exercício a CSA preparou e desocupou a área destinada à locação e iniciou contratos de arrendamentos com grandes varejistas. Trata-se de um complexo de 247,3 mil m² onde 60,4 mil m² já foram arrendados e alguns outros contratos de arrendamento estão em andamento. Em 2018 os valores de receita por arrendamento foram de R\$2.848 (R\$1.748 em 2017).

Com a destinação do imóvel para atividade de arrendamento e com retorno específico, diverso das operações têxteis da controlada CSA, em 2017, foram transferidos os valores residuais do imóvel e suas instalações, antes registrados como imobilizado a custo, para a rubrica “Propriedades para investimento”.

Os valores apurados foram os seguintes:

	2017	Adições (baixas)	Transferência do imobilizado (a)	2018
Custo residual do imóvel:				
Terrenos e benfeitorias	3.894	(93)	-	3.801
Edifícios	22.887	(473)	-	22.414
Instalações	13.230	(435)	-	12.795
Projetos em andamento	3.711	17.023	2.744	23.478
	-----	-----	-----	-----
Total do custo residual	43.722	16.022	2.744	62.488
Mais valia apurada (b)	167.454	18.309	-	185.763
	-----	-----	-----	-----
Valor justo (c)	211.176	34.331	2.744	248.251
	=====	=====	=====	=====

(a) Valores transferidos da rubrica de imobilizado. Vide nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras.

(b) Apurado imposto diferido passivo de R\$63.159 (R\$56.934 em 2017). Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações financeiras.

(c) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os exercícios de 2017 e 2018. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m2 de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(2) Complexo residencial: No exercício de 2018, a controlada CSA disponibilizou nova área no município de São Gonçalo do Amarante – RN contendo 520 mil m2 para início de empreendimento habitacional. Os valores apurados foram os seguintes:

	2018
Custo residual do imóvel:	
Terrenos e benfeitorias	93

Total do custo residual	93
Mais valia apurada (a)	44.203

Valor justo (b)	44.296
	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$15.029. Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício

de 2018. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m2 de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(3) Imóveis para valorização Montes Claros: Imóveis recebidos da Prefeitura Municipal de Montes Claros pela controlada CSA, conforme divulgado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras.

Esses imóveis foram classificados como propriedades para investimento pela controlada CSA e são assim compostos:

	2018
Terreno e edificações (antiga MECA) (44.623 m²)	18.386
Terreno da ESURB atrás da CODEVASF (2.770 m²)	2.781
Terreno da ESURB Bairro Santa Rita II (11.700 m²)	4.602
Dois terrenos loteamento Reserva Real (11.287 m²)	3.574
Terreno no Ibituruna (11.842 m²)	11.842
Terreno região nova Prefeitura (72.491 m²)	14.091

Saldo em 31 de dezembro de 2018	55.276
	=====

Esses imóveis foram avaliados por especialistas contratados pela controlada CSA e também pela Prefeitura de Montes Claros para determinação de seu valor justo e recebidos em pagamento de créditos vencidos mantidos junto à Prefeitura de Montes Claros. Portanto, seu valor de custo equivale ao valor justo em 31 de dezembro de 2018.

11. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado

	Taxa (*) %	Consolidado				
		2018			2017	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido 01.01.2018 (***)
Terrenos e benfeitorias	0,9	43.118	(17.628)	25.490	20.182	25.895
Edifícios	2,4	375.552	(159.281)	216.271	213.222	222.358
Instalações	6,4	211.291	(152.608)	58.683	58.447	62.415
Máquinas e equipamentos	7,1	1.164.553	(881.678)	282.875	305.318	312.775
UHE - Porto Estrela (**)	3,8	37.634	(18.024)	19.610	20.997	20.997
Móveis, utensílios e outros	10,4	108.228	(83.913)	24.315	23.355	23.591
Obras em andamento	-	21.937	-	21.937	27.644	27.935
		-----	-----	-----	-----	-----
		1.962.313	(1.313.132)	649.181	669.165	695.966
		=====	=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação.

(**) Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras.

(***) Inclui correção monetária de controlada na Argentina. Vide nota explicativa nº 2.4 às demonstrações financeiras.

Tendo em vista sua rentabilidade operacional e geração de caixa operacional, a Companhia e suas controladas não encontraram indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A controlada AMMO, empresa responsável pelas operações de varejo com as bandeiras Artex e MMartan, em seu projeto de expansão nos anos de 2011 e 2012 adquiriu inúmeros pontos comerciais, basicamente situados em Shopping Centers, cujos valores foram registrados e classificados como intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 12) e, como determinam as práticas contábeis, são avaliados, anualmente, pelo seu valor recuperável. Em 2018, nova avaliação foi realizada e a provisão correspondente ao ativo imobilizado foi revertida no valor de R\$1.271.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados consolidados é conforme segue:

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	UHE Porto Estrela (c)	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	27.203	240.527	75.545	301.542	22.428	25.629	56.392	749.266
Adições	1.192	12	212	15.496	3	2.929	35.463	55.307
Baixas líquidas	(2.046)	(4.767)	(120)	(3.742)	-	(1.017)	(14.034)	(25.726)
Transferências								
- Imobilizado	-	1.457	4.894	38.492	-	1.374	(46.217)	-
- Disponível para venda	-	8.850	176	18	-	-	-	9.044
- Propriedades para investimento	(3.894)	(22.887)	(13.230)	-	-	-	(3.711)	(43.722)
Variação cambial	(530)	(390)	(445)	(667)	-	(71)	(249)	(2.352)
Depreciação do exercício	(1.743)	(9.580)	(8.585)	(45.821)	(1.434)	(5.489)	-	(72.652)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	20.182	213.222	58.447	305.318	20.997	23.355	27.644	669.165
Correção monetária – Argentina (a)	5.713	9.136	3.968	7.457	-	236	291	26.801
Saldo em 1º de janeiro de 2018	25.895	222.358	62.415	312.775	20.997	23.591	27.935	695.966
Adições	185	1.056	825	9.981	47	1.907	27.855	41.856
Baixas líquidas	(92)	-	(34)	(239)	-	(162)	(65)	(592)
Transferências								
- Imobilizado	38	1.826	5.489	14.108	-	6.028	(27.489)	-
- Disponível para venda	-	-	-	274	-	-	(551)	(277)
- Propriedades para investimento	-	-	-	-	-	-	(2.744)	(2.744)
Variação cambial	(1.299)	(20)	(956)	(1.190)	-	164	(517)	(3.818)
Depreciação do exercício	(1.143)	(8.949)	(8.906)	(49.315)	(1.434)	(5.970)	-	(75.717)
Reversão (provisão) para perdas com ativos	1.906	-	(150)	(48)	-	(437)	-	1.271
Operações descontinuadas (b)	-	-	-	(3.471)	-	(806)	(2.487)	(6.764)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	25.490	216.271	58.683	282.875	19.610	24.315	21.937	649.181

(a) Vide nota explicativa nº 2.4 às demonstrações financeiras.

(b) Vide nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras.

(c) Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras.

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificaram ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de mercado, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

Como resultado dessa análise, o valor recuperável de R\$37.444 (R\$33.731 em 31 de dezembro de 2017) foi apresentado como “Imobilizado disponível para venda” no ativo não circulante e, consequentemente, eliminado da tabela acima pelo seu valor contábil.

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	2017	Adições	Baixas	Transferências de (para) o imobilizado	Variação cambial	2018
Custo	385.546	-	(8.164)	(4.767)	62.602	435.217
Depreciação	(324.971)	(1.300)	7.318	5.044	(53.165)	(367.074)
Provisão para perda	(26.844)	(485)	619	-	(3.989)	(30.699)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	33.731	(1.785)	(227)	277	5.448	37.444
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	2016	Adições	Baixas	Transferências de (para) o imobilizado	Variação cambial	2017
Custo	448.763	440	(52.105)	(16.153)	4.601	385.546
Depreciação	(357.329)	(1.058)	31.382	6.008	(3.974)	(324.971)
Provisão para perda	(42.199)	(73)	14.947	1.101	(620)	(26.844)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	49.235	(691)	(5.776)	(9.044)	7	33.731
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

12. INTANGÍVEL

	Consolidado		
	2018	2017	01.01.2018 (**)
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	-	37.748	37.748
Ágio na aquisição da AMMO (controladora)	27.303	27.303	27.303
Marcas – próprias	16.348	16.339	16.339
Marcas – licença de uso (*)	9.043	9.157	11.428
Propriedade intelectual	7.378	3.139	3.139
Pontos comerciais (luvas)	21.801	21.102	21.102
Total	81.873	114.788	117.059

(*) Marcas - licença de uso: Representa o licenciamento do uso da marca “Santista” na Argentina e é amortizado pelo prazo do contrato em 15 anos.

(**) Inclui correção monetária da controlada indireta na Argentina. Vide nota explicativa nº 2.4 às demonstrações financeiras.

Anualmente a Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade dos ágios decorrentes de investimentos em outras empresas, realizados pela Companhia ou por suas controladas, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado. A recuperabilidade dos ágios é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade dos ágios, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2018 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,3% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a., para o ágio da Companhia referente à aquisição da AMMO. As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no exercício foi como segue:

	01.01.2018	Adições e (baixas)	Amorti- zação	Variação cambial	Operações desconti- nuadas (a)	Provisão para perdas com ativos	2018
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	37.748	-	-	5.933	(43.681)	-	-
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	-	-	-	-	-	27.303
Marcas – próprias	16.339	9	-	-	-	-	16.348
Marcas – licença de uso	11.428	-	(723)	(1.662)	-	-	9.043
Propriedade intelectual	3.139	4.867	(628)	-	-	-	7.378
Pontos comerciais (luvas)	21.102	979	-	-	-	(280)	21.801
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total	117.059	5.855	(1.351)	4.271	(43.681)	(280)	81.873
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	2016	Adições e (baixas)	Amorti- zação	Variação cambial	2017	Correção monetária Argentina (b)	01.01.2018
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	36.821	-	-	927	37.748	-	37.748
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	-	-	-	27.303	-	27.303
Marcas – próprias	16.334	5	-	-	16.339	-	16.339
Marcas – licença de uso	11.373	-	(734)	(1.482)	9.157	2.271	11.428
Propriedade intelectual	-	3.139	-	-	3.139	-	3.139
Pontos comerciais (luvas)	24.136	(3.034)	-	-	21.102	-	21.102
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total	115.967	110	(734)	(555)	114.788	2.271	117.059
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(a) Vide nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras.

(b) Vide nota explicativa nº 2.4 às demonstrações financeiras.

Os ativos intangíveis descritos acima (exceto “Marcas - licença de uso” e “propriedade intelectual”) possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizados, mas testados anualmente quanto ao seu valor recuperável. As marcas estão registradas ao custo de aquisição. Os valores referentes aos pontos comerciais estão registrados pelo custo de aquisição do respectivo ponto de venda deduzidos de provisão para desvalorização, baseado em seu valor de mercado determinado por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos. Em 2018, nova avaliação foi realizada e a provisão foi complementada no valor de R\$280.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Taxa anual		Consolidado	
	Moeda	de juros - %	Vencimento	2018	2017
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (a)	R\$	127,5 a 128,7 do CDI	2021	442.033	410.348
Banco do Brasil S.A. – CDC	R\$	8,7 a 9,5	2019	32.925	34.229
Banco do Brasil S.A. (*)	R\$	167,2 do CDI	2018	-	36.945
Banco Itaú BBA S.A.	R\$	132,0 do CDI	2018	-	101.012
Banco BBM S.A. – CCB	R\$	149,0 e 150,5 do CDI e 4,0 + CDI	2021	70.344	49.311
Banco ABC do Brasil S.A. – CCB/CCE	R\$	4,2 e 4,4 + CDI	2021	48.297	20.073
Banco Bradesco S.A. (*)	R\$	4,4 e 4,5 + CDI	2019	19.577	20.228
BNDES (Finame)	R\$	3,0 a 9,5	2023	1.206	2.435
Banco Daycoval S.A.	R\$	4,5 + CDI	2020	30.375	-
Banco Itaú Unibanco S.A. - CCB	R\$	2,8 + CDI	2019	25.260	-
Banco Safra S.A. - CCB	R\$	4,7 + CDI	2019	50.476	-
Outros	R\$	-	2020	16.947	64
				-----	-----
				737.440	674.645
Moeda estrangeira:					
Banco Patagonia	\$ARG	24,3 a 68,0	2019	11.740	30.047
Banco Frances	\$ARG	34,5	2018	-	2.797
Banco Rio – Cerrito	\$ARG	43,0	2018	-	2.898
Banco Luso Brasileiro S.A.	US\$	8,5	2019	9.712	-
Wells Fargo Bank, N.A.	US\$ e CAD\$	3,9 a 6,0	2019	-	105.869
Banco do Brasil S.A.	US\$	5,5 a 6,0	2019	43.672	26.561
Banco Santander S.A. PPE (b)	US\$	89,0 a 118,8 do CDI	2020	125.004	170.956
JP Morgan	US\$	Libor + 0,9	2019	17.491	13.268
				-----	-----
				207.619	352.396
				-----	-----
Total				945.059	1.027.041
Circulante				(527.241)	(444.861)
				-----	-----
Não circulante				417.818	582.180
				-----	-----

(*) Inclui empréstimos mantidos pela controladora.

(a) Empréstimo da controlada CSA, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controladora da Companhia, SGPSA, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 4,0 vezes em 2017; 3,5 vezes em 2018; 3,0 vezes a partir de 2019, em suas demonstrações financeiras consolidadas. Em 31 de dezembro de 2018 os índices foram cumpridos.

(b) Empréstimo com garantia de títulos e valores mobiliários em dólares vinculada no valor de US\$18.900 mil (vide nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras). Empréstimos com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,5 vezes em 2017; 3,25 vezes em 2018; 3,0 vezes em 2019; (ii) razão entre dívida financeira líquida e patrimônio líquido no máximo 0,7 vezes durante o período do contrato; e (iii) razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes. Em 31 de dezembro de 2018 os índices foram cumpridos.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de Montes Claros, gravados em 1º grau, além de fiança do controlador da SGPSA para diversos financiamentos; e (ii) por avais e garantias bancárias para os demais financiamentos.

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2019	2020	2021	2022 e 2023	Total
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A.	157.341	153.264	131.428	-	442.033
Banco do Brasil S.A. - CDC	32.925	-	-	-	32.925
Banco BBM S.A. - CCB	25.548	25.488	19.308	-	70.344
Banco ABC do Brasil S.A.	12.928	18.622	16.747	-	48.297
Banco Bradesco S.A.	19.577	-	-	-	19.577
BNDES (Finame)	1.042	130	14	20	1.206
Banco Daycoval S.A.	14.713	15.662	-	-	30.375
Banco Itaú Unibanco S.A.	25.260	-	-	-	25.260
Banco Safra S.A. - CCB	50.476	-	-	-	50.476
Outros	13.604	3.343	-	-	16.947
	353.414	216.509	167.497	20	737.440
Moeda estrangeira:					
Banco Patagonia	11.740	-	-	-	11.740
Banco Luso Brasileiro S.A.	9.712	-	-	-	9.712
Banco do Brasil S.A.	43.672	-	-	-	43.672
Banco Santander S.A. PPE	91.212	33.792	-	-	125.004
JP Morgan	17.491	-	-	-	17.491
	173.827	33.792	-	-	207.619
Total	527.241	250.301	167.497	20	945.059

Em janeiro de 2019, a controlada CSA renegociou parte dos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$332.009, alterando seu vencimento para até 2023 e a taxa para 130% do CDI (128,7 % do CDI em 2018). Os vencimentos dos empréstimos, considerando a parcela renegociada e os depósitos vinculados, são como segue:

	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Empréstimos renegociados	47.341	43.933	131.989	109.331	109.439	442.033
Demais empréstimos	369.900	97.037	36.069	-	20	503.026
	417.241	140.970	168.058	109.331	109.459	945.059
Depósitos vinculados – Santander S.A. PPE	(41.937)	(33.792)	-	-	-	(75.729)
Total líquido	375.304	107.178	168.058	109.331	109.459	869.330

A movimentação consolidada dos empréstimos e debêntures foi como segue:

	2018			2017
	Empréstimos	Debêntures	Total	Total
Saldo inicial	1.027.041	48.595	1.075.636	1.099.274
Novas captações ou renovações	764.806	150.000	914.806	840.879
Juros provisionados	88.854	13.966	102.820	120.647
Amortização de principal	(773.115)	(50.000)	(823.115)	(860.252)
Pagamento de juros	(85.703)	(12.774)	(98.477)	(125.324)
Variação cambial	34.913	-	34.913	118
Encargos antecipados, líquidos	(58)	(1.465)	(1.523)	294
Operações descontinuadas (*)	(111.679)	-	(111.679)	-
	-----	-----	-----	-----
Saldo final	945.059	148.322	1.093.381	1.075.636
	=====	=====	=====	=====

(*) Vide nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras.

14. DEBÊNTURES

a) Em 12 de junho de 2017, a controlada CSA emitiu a 3ª série de debêntures não conversíveis em ações, com as características descritas abaixo, a qual, na mesma data, foi integralmente subscrita pela Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda. ("Subscritora"). Posteriormente, a Subscritora alienou as Debêntures à Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), com objetivo de vincular os recursos das debêntures à emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA.

Características das Debêntures

Quantidade de debêntures emitidas	50.000
Valor unitário das debêntures (valor em reais)	R\$1.000
Amortização:	
Vencimento 1ª parcela - 25,00%	18/12/2018
Vencimento 2ª parcela - 25,00%	18/06/2019
Vencimento 3ª parcela - 25,00%	18/12/2019
Vencimento 4ª parcela - 25,00%	18/06/2020
Remuneração	110% do CDI
Amortização dos juros	Semestrais
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenant)	(2)

Os recursos ingressaram naquela controlada na data da subscrição das debêntures. As despesas de emissão das debêntures e subsequentemente as despesas de emissão dos CRA, no valor de aproximadamente R\$1.977, equivalentes a 3,95% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos das debêntures, na proporção de seu saldo devedor.

(1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis da controlada CSA cujo valor de avaliação é superior a 200% do valor de emissão dos CRA. A qualquer momento, poderão ser alienados um ou mais imóveis a critério da controlada CSA com a anuência dos titulares dos CRA, desde que: (i) tal alienação não diminua a razão de 200% de garantia das obrigações garantidas junto aos titulares dos CRA; e (ii) a

controlada CSA use o valor líquido dos imóveis alienados para amortização de financiamentos bancários.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Companhia.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a Companhia, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: (i) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,00 (quatro inteiros); (ii) razão entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido, igual ou inferior a 0,7 (sete décimos) exceto para junho de 2018, igual ou inferior a 0,8 (oito décimos); e (iii) razão entre EBITDA e Juros, igual ou superior a 2 (dois inteiros). Os índices previstos acima estão previstos para todo o período do contrato e sua medição ocorre semestralmente a partir de dezembro de 2017. Os termos utilizados para descrever os índices têm sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis. Em 31 de dezembro de 2018, os índices foram cumpridos.

b) Em 19 de fevereiro de 2018, a controlada CSA emitiu a 4ª série de debêntures não conversíveis em ações, com as características abaixo, as quais, em 19 de fevereiro de 2018, foram integralmente subscritas.

Características da 4ª Emissão de Debêntures

Quantidade de debêntures emitidas	150.000
Valor unitário das debêntures (valor em reais)	R\$1.000
Amortização	12 parcelas trimestrais iguais
Vencimento 1ª parcela	19/05/2018
Vencimento 12ª parcela	19/02/2021
Remuneração	100% do CDI + 2,75% a.a.
Amortização dos juros	12 parcelas trimestrais iguais
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenant)	(2)

(1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis da controlada CSA, referidos na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, cujo valor de avaliação deve manter-se superior a 1,43 vezes o valor de emissão das Debêntures no 1º ano e nos seguintes 1,67 vezes. Adicionalmente, os contratos de locação do imóvel fazem parte da garantia, podendo o agente fiduciante, em caso de inadimplemento reter os recebíveis de aluguéis até a solução da inadimplência.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Companhia e por Josué Christiano Gomes da Silva.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

A Companhia não possui compromisso pela manutenção de índices financeiros.

Os saldos das debêntures, em 31 de dezembro de 2018, eram assim compostos.

	Debêntures da		2018	2017
	3ª série	4ª série		
Valor original	37.500	112.500	150.000	50.000
Encargos antecipados	(888)	(2.070)	(2.958)	(1.492)
Juros provisionados	122	1.158	1.280	87
	-----	-----	-----	-----
Total das debêntures	36.734	111.588	148.322	48.595
Circulante	(24.486)	(50.167)	(74.653)	(11.952)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	12.248	61.421	73.669	36.643
	=====	=====	=====	=====

15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2018	2017
Mercado interno	96.452	60.719
Mercado externo	16.378	102.546
	-----	-----
	112.830	163.265
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 44 dias (37 dias em 31 de dezembro de 2017).

16. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da CSA, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997

Prazo de concessão: 35 anos

Valor total da concessão: R\$333.310

Atualização monetária: IGP-M

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
	-----	-----	-----
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
	-----	-----	-----
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	6.697	640.815	1.043.609
	=====	=====	=====

Para fins contábeis, a CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros, atualizada pelo IGP-M. Em 31 de dezembro de 2018, esse valor representava R\$65.448, sendo R\$21.361 classificados no passivo circulante e R\$44.087 classificados no passivo não circulante (R\$62.257, sendo R\$19.473 classificados no passivo circulante e R\$42.784 classificados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2017).

Os valores consignados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 31 de dezembro de 2018, R\$19.610 (R\$20.997 em 31 de dezembro de 2017) (vide nota explicativa nº11 às demonstrações financeiras) e consideram a participação da CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antonio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A controlada SGUS aluga imóveis e equipamentos sob a condição de “leasing” operacional. O total da despesa com o arrendamento mercantil em 2018 foi de R\$46.008, sendo R\$15.085 referente às operações descontinuadas e R\$30.923 referente às operações continuadas (R\$39.824 em 2017, sendo R\$12.176 referente às operações descontinuadas e R\$27.648 referente às operações continuadas). A controlada SGUS concedeu a terceiros o subarrendamento mercantil (“sub-leasing”) de algumas localidades onde não havia mais o benefício econômico sobre o arrendamento pago. O total de receita com o subarrendamento mercantil em 2018 foi de R\$17.852, sendo R\$229 referente às operações descontinuadas e R\$17.623 ao saldo das operações continuadas (R\$14.557 em 2017, sendo R\$200 referente às operações descontinuadas e R\$14.357 ao saldo das operações continuadas).

As prestações previstas para os próximos anos são estimadas na tabela abaixo:

Anos	Total	Operações descontinuadas	Operações continuadas
2019	38.124	14.918	23.206
2020	33.997	13.693	20.304
2021	34.249	13.752	20.497
2022	30.034	9.342	20.692
2023	27.170	6.273	20.897

A partir de 2024, as prestações continuam decrescentes até o final dos contratos que terminam em diversas datas até 2030, totalizando R\$185.553 (R\$33.350 referente às operações descontinuadas e R\$152.202 ao saldo das operações continuadas).

Para o período de 2019 a 2030, o total das prestações de subarrendamento mercantil a receber pela controlada SGUS é de R\$66.367.

A controlada SGUS possui provisão de curto e longo prazo referente às operações continuadas que totaliza R\$23.221 (R\$21.018 em 31 de dezembro 2017), que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de algumas unidades fabris nos EUA), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas. Esse potencial de subarrendamento poderia resultar numa redução de R\$133.570 nas obrigações demonstradas na tabela acima.

18. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

a. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes dos impostos (*)	111.568	21.043	122.751	(4.341)
Equivalência patrimonial	(125.884)	(34.431)	-	-
Receitas não tributadas – RTT	-	-	(45.169)	(45.483)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	(2.153)	(2.021)
Outros	-	-	519	(339)
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos	(14.316)	(13.388)	75.948	(52.184)
Alíquota de 34%	4.867	4.552	(25.822)	17.743
Créditos fiscais não constituídos	(4.867)	(4.552)	(30.010)	8.864
Créditos fiscais de controlada no exterior	-	-	45.429	-
Outros	-	-	(780)	(642)
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	-	-	(11.183)	25.965
	=====	=====	=====	=====
Operações continuadas				
Impostos sobre o lucro – corrente	-	-	(19.562)	266
Impostos sobre o lucro – diferido	-	-	12.099	27.458
	-----	-----	-----	-----
	-	-	(7.463)	27.724
	=====	=====	=====	=====
Operações descontinuadas				
Impostos sobre o lucro – corrente	-	-	(3.700)	(1.759)
Impostos sobre o lucro – diferido	-	-	(20)	-
	-----	-----	-----	-----
	-	-	(3.720)	(1.759)
	=====	=====	=====	=====

(*) Inclui resultado antes dos impostos de operações descontinuadas. Vide nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia pode vir a constituir créditos tributários.

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados são compostos como segue:

	2017	Reconhecidos no:		Variação cambial	Outros	2018
		Resultado	Patrimônio líquido			
Ativo:						
Diferenças temporárias (CSA – Argentina) (1) (a)	1.301	-	-	-	(655)	646
Diferenças temporárias (CSA – Brasil) (1) (p)	17.703	(3.969)	-	-	-	13.734
Prejuízo fiscal, líquido (CSA – Brasil) (1) (p)	27.777	(24.728)	-	-	-	3.049
Créditos fiscais de controlada no exterior (CSA) (1) (p)	7.167	-	-	-	-	7.167
Prejuízo fiscal, líquido (SGUS – EUA) (2) (a)	83.577	47.021	-	14.553	31	145.182
Diferenças temporárias (AMMO – Brasil) (a)	531	-	-	-	(274)	257
Prejuízo fiscal, líquido (AMMO – Brasil) (a)	2.042	-	-	-	-	2.042
Prejuízo fiscal, líquido (SGPSA – Brasil) (a)	1.906	-	-	-	-	1.906
	142.004	18.324	-	14.553	(898)	173.983
Imposto diferido passivo:						
Propriedades para investimento (CSA – Brasil) (1) (p)	(56.934)	(6.225)	(15.029)	-	-	(78.188)
Correção monetária (CSA – Argentina) (1) (p)	-	-	(10.172)	-	16	(10.156)
Total de impostos diferidos, líquido	85.070	12.099	(25.201)	14.553	(882)	85.639
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Total do ativo não circulante (soma de a)	89.357	47.021	-	14.553	(898)	150.033
Total do passivo não circulante (soma de p)	(4.287)	(34.922)	(25.201)	-	16	(64.394)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Impostos diferidos da controlada CSA:

Impostos diferidos (ativo):

A controlada CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração daquela controlada possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

Ano	Controladora		Controlada Argentina	Consolidado
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais (*)		
2019	-	-	646	646
2021	-	2.383	-	2.383
2022	-	666	-	666
a partir de 2023	13.734	7.167	-	20.901
	13.734	10.216	646	24.596
	=====	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não tem prazo para prescrição.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018, a controlada CSA possuía R\$689.919 em prejuízos fiscais (R\$639.730 em 31 de dezembro de 2017) e R\$696.197 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$645.986 em 31 de dezembro de 2017), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Impostos diferidos (passivo):

Imposto de renda e contribuição social decorrentes da mais valia apurada em propriedades para investimento e correção monetária referente à hiperinflação da Argentina. Vide, respectivamente, notas explicativas nº 10 e nº 2.4 às demonstrações financeiras.

	Imóveis para renda São Gonçalo		
	Complexo comercial (nota 10.1)	Complexo residencial (nota 10.2)	Total
Valor justo	211.176	44.296	255.472
Total do custo residual	(43.722)	(93)	(43.815)
	-----	-----	-----
Mais valia inicial (patrimônio líquido)	167.454	44.203	211.657
Variação do valor justo (resultado)	18.309	-	18.309
	-----	-----	-----
Mais valia apurada	185.763	44.203	229.966
	-----	-----	-----
Imposto de renda e contribuição social a pagar sobre mais valia (34%)	63.159	15.029	78.188
	=====	=====	=====
Correção monetária (Argentina)			10.156

Total imposto diferido passivo – Controlada CSA			88.344
			=====

(2) Impostos diferidos da controlada SGUS:

A controlada SGUS, com base em seu plano de negócios e projeções futuras, mantém ativos fiscais diferidos decorrentes, principalmente, de prejuízos fiscais acumulados. Com base na revisão das projeções futuras dos seus resultados operacionais, a controlada SGUS possui saldo de impostos diferidos ativos, em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$145.182 (R\$83.577 em 31 de dezembro de 2017). A variação do saldo durante 2018 refere-se à atualização das projeções futuras e à variação cambial. A atualização das projeções considerou os impactos resultantes da transação celebrada entre a controlada SGUS e a Keeco, conforme divulgado nas notas explicativas nº 29 e 30, compreendendo (i) o resultado tributável na venda dos ativos e passivos da operação descontinuada e (ii) as projeções de resultados das operações continuadas considerando as receitas e despesas da controlada SGUS após a venda dos ativos e passivos para os próximos 10 anos.

Com base em premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da SGUS possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos ativos tributários diferidos.

A expectativa de realização dos impostos diferidos ativos, em 31 de dezembro de 2018, é como segue:

Ano	Controlada SGUS
2019	79.116
2020	2.450
2021	4.792
2022	5.914
2023	8.100
2024 em diante	44.810

	145.182
	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável e não têm prazo para prescrição. Os prejuízos fiscais também são dedutíveis integralmente, mas possuem prazos de prescrição, tendo, os prejuízos fiscais federais, validade entre 2022 a 2034 e, os estaduais, validade entre 2019 a 2034.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018, a controlada SGUS possui saldo de R\$472.625 em prejuízos fiscais (R\$598.367 em 31 de dezembro de 2017), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	-	-	5.078	5.489
Imposto de renda e contribuição social antecipados	148	148	15.491	22.082
PIS e COFINS a recuperar (*)	-	-	221.228	9.019
IVA/Ingressos brutos (Argentina)	-	-	2.119	2.115
VAT – China e México	-	-	1.294	1.103
IPI a recuperar	-	-	83	1.301
Outros impostos a recuperar	-	-	674	2.448
	-----	-----	-----	-----
	148	148	245.967	43.557
Circulante	(148)	(148)	(17.736)	(28.662)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	-	-	228.231	14.895
	=====	=====	=====	=====

(*) Inclui montante de R\$208.924 relacionado aos créditos de ICMS na base de PIS e COFINS. Vide nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras.

19. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários, trabalhistas e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$90.003, R\$4.165 e R\$41.687, respectivamente (R\$85.940, R\$4.627 e R\$17.395 respectivamente, em 2017). Os principais processos tributários correspondem a ações referentes a aproveitamento indevido de crédito de ICMS na aquisição de energia elétrica e matéria-prima importada no estado da Paraíba no montante de R\$68.064. Os principais processos trabalhistas correspondem a reclamações trabalhistas de ex-funcionários e terceiros. O principal processo cível corresponde a mandado de segurança impetrado contra a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE cujo valor corresponde a R\$38.701 que objetiva o afastamento de possíveis ônus financeiros decorrentes de decisões judiciais que determinam o rateio de prejuízos entre as geradoras de energia.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Consolidado	
	2018	2017
Processos fiscais:		
- INSS	-	1.998
- Outros	98	149
Trabalhistas	11.468	13.589
Cíveis e outras	1.367	2.874
	-----	-----
Total	12.933	18.610
	=====	=====
Depósitos judiciais	12.541	13.678
	=====	=====

INSS – A controlada CSA é pólo ativo em ação contra a Fazenda Nacional questionando a incidência da contribuição sobre verbas consideradas indenizatórias e do FAP (Fator Acidentário de Prevenção).

Trabalhistas – A controlada CSA é pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis – A controlada CSA é pólo ativo em ação contra a União questionando a legalidade da cobrança da COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

As movimentações do saldo da provisão consolidada são apresentadas a seguir:

	2017	Adições	Baixas	2018
Processos fiscais:				
- INSS	1.998	-	(1.998)	-
- Outros	149	-	(51)	98
Trabalhistas	13.589	1.168	(3.289)	11.468
Cíveis e outras	2.874	20	(1.527)	1.367
	-----	-----	-----	-----
	18.610	1.188	(6.865)	12.933
	=====	=====	=====	=====

20. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão de benefício definido em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
Mudança no benefício provisionado:		
Benefício provisionado no início do ano	145.481	153.389
Custo do serviço	1.229	1.067
Custo dos juros	6.453	6.189
Ganho atuarial	(7.554)	(3.751)
Pagamento de benefícios	(14.067)	(12.761)
Redução	-	(652)
Variação cambial	24.185	2.000
	-----	-----
Benefício provisionado no final do ano	155.727	145.481
Mudança nos ativos do plano:		
Valor de mercado dos ativos no início do ano	46.118	42.962
Retorno sobre os ativos	(2.388)	6.323
Contribuições do empregador	9.390	8.869
Pagamento de benefícios	(14.067)	(12.761)
Variação cambial	7.525	725
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	46.578	46.118
	-----	-----
Valor presente das obrigações a descoberto	109.149	99.363
	=====	=====
Premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios no final do ano		
Taxa de desconto (a.a.)	4,15% a 4,30%	3,45% a 3,60%
Aumento futuro de salários (a.a.)	-	2,50%
Premissas atuariais para determinar a despesa líquida para os exercícios findos nessas datas		
Taxa de desconto e taxa de rendimento esperada sobre ativos (a.a.)	3,45% a 3,60%	3,75% a 4,15%
Aumento futuro de salários (a.a.)	-	2,50%
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	1.229	1.067
Custo dos juros, líquido	3.528	3.832
	-----	-----
Custo líquido do benefício	4.757	4.899
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 36% em investimentos de renda variável e 64% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada SGUS.

	2018	2017
Investimentos dos ativos dos planos:		
Renda variável	15.358	22.243
Renda fixa	30.640	23.532
Caixa e equivalentes de caixa	580	343
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	46.578	46.118
	=====	=====

A controlada SGUS espera contribuir R\$9.715 para os planos de benefício definido em 2019. Pagamentos de benefícios futuros para os próximos 10 anos são:

	Plano de pensão de benefício definido
2019	13.843
2020	13.325
2021	12.917
2022	12.501
2023	12.027
2024 – 2028	53.260

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	2018	2017
Provisão para plano de pensão	109.149	99.363
Outras provisões de benefícios a funcionários	4.734	4.990
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	113.883	104.353
Circulante (a)	(9.915)	(8.817)
	-----	-----
Não circulante	103.968	95.536
	=====	=====

(a) Incluída na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado está representado por 50.000.000 de ações ordinárias com direito a voto. Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2018.

b. Dividendos e reserva de lucros a realizar

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

22. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	2018	2017	2018	2017
Controladora:				
Coteminas S.A. (1)	-	-	83.690	50.176
	-----	-----	-----	-----
	-	-	83.690	50.176
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas	17.203	38.900	-	-
Coteminas International Ltd.	1.654	701	-	-
Santanense Argentina	74	90	-	-
Sucursal Argentina	15	20	-	-
Seda, Inc.	-	-	58	-
	-----	-----	-----	-----
	18.946	39.711	58	-
	=====	=====	=====	=====

(1) Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia vendeu para sua controlada CSA, a totalidade das cotas representativas do capital social da AMMO Varejo Ltda. pelo valor contábil de R\$30.432, utilizando parte dos créditos de mútuo.

	Encargos financeiros Receita (despesa)	
	2018	2017
Controladora:		
Coteminas S.A.	(6.745)	(5.282)
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas	(3)	(2)
	-----	-----
	(6.748)	(5.284)
	=====	=====
Consolidado:		
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas	13.550	9.875
Companhia Tecidos Santanense	(560)	(112)
Encorpar – Empresa Nacional de Comércio, Redito e Participações S.A.	-	(44)
Coteminas International Ltd.	57	29
Wembley S.A.	(2)	-
	-----	-----
	13.045	9.748
	=====	=====

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo dos empréstimos da companhia cedente do crédito.

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 29 de dezembro de 2015, foi autorizado o pagamento de comissão de 2% (dois por cento ao ano), limitado ao valor cumulativo de R\$47.750 sobre avais/garantias prestados pelo controlador sobre empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$18.957 estava contabilizado, sendo R\$5.288 na rubrica “Outros créditos a receber” no ativo circulante (R\$7.418 em 31 de dezembro de 2017) e R\$13.669 na rubrica “Outros” no ativo não circulante (R\$18.957 em 31 de dezembro de 2017), referentes a avais sobre contratos e linhas de créditos já existentes. Em 2018, foi apropriado o valor de R\$7.418 como despesa financeira na rubrica “Despesas bancárias, impostos, descontos e outros” (R\$9.811 em 2017).

Em 2018, a CSA forneceu produtos intermediários para empresa do grupo, Companhia Tecidos Santanense, no valor de R\$29.342 (R\$39.510 em 2017). Em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$7.500 estava contabilizado na rubrica “Outras contas a pagar” no passivo circulante, como adiantamento de clientes, cujo fornecimento está previsto para os próximos meses.

Em 2018, a CTNM cedeu à controlada CSA créditos que possuía no valor de R\$11.151, apresentados em “Valores a receber de clientes” no ativo não circulante. Os créditos são garantidos pela CTNM e possuem atualização apurada pela variação da taxa P-Tax do dólar norte americano, acrescido de 5% ao ano, ou o custo de captação de empréstimos da Companhia, dos dois o maior.

A Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas e a controlada AMMO Varejo possuem contrato de locação do imóvel onde se situam o seu centro de distribuição e seu escritório. Em 2018, as despesas de aluguel foram de R\$1.320.

Todas as operações acima, de compra e venda de produtos e transações de mútuo são realizadas a preços e taxas de mercado.

Os valores pagos a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego existentes.

23. RECUPERAÇÃO DE IMPOSTOS

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal decidiu no *leading case* RE nº 574.706/PR, (acórdão publicado em outubro de 2017) pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, em sede de repercussão geral.

Em maio de 2018, foi proferido acórdão pelo TRF da 1ª Região favorável à Companhia que, em juízo de retratação, deu provimento à apelação interposta pelas suas controladas, para determinar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O referido acórdão confere às controladas o direito de restituir/compensar os tributos pagos indevidamente e o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS a partir daquela data. Posteriormente, a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou seguimento ao recurso extraordinário interposto pela União e, transcorrido o prazo legal, a ação transitou em julgado em 2019.

A Companhia, amparada pelo posicionamento dos seus assessores técnicos e legais, entendeu que os créditos tributários em questão passaram a representar um ativo efetivo e praticamente certo nos termos do Pronunciamento Conceitual Básico (R1) para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, deixando de ser um ativo contingente já em 2018.

A controlada CSA reconheceu receita no valor de R\$194.269, referente ao período de janeiro de 2006 a fevereiro de 2017 e a controlada AMMO Varejo, reconheceu receita no valor de R\$14.655, referente ao período de janeiro de 2011 a julho de 2017, registrados na rubrica “Recuperação de impostos”.

Os créditos para fins de compensação estão sendo habilitados.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ATIVOS FINANCEIROS--				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	49	103	139.474	155.442
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	7.045	35.163
Duplicatas a receber	-	-	503.798	497.647
Outros créditos a receber (c)	1.168	1.044	33.783	52.307
Títulos e valores mobiliários (nc)	-	-	75.729	63.819
Valores a receber – clientes	-	-	39.934	37.388
Valores a receber – venda de imobilizado	-	-	-	54.587
Partes relacionadas	-	-	18.946	39.711
Depósitos judiciais	-	-	12.541	13.678
Outros	-	-	41.601	34.568
Valor justo por meio de resultado:				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	4.798	-
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	9.950	-
PASSIVOS FINANCEIROS--				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos (c)	4.759	21.866	527.241	444.861
Debêntures (c)	-	-	74.653	11.952
Fornecedores	-	4	112.830	163.265
Concessões governamentais (c)	-	-	21.361	19.473
Outras contas a pagar	-	-	59.928	41.698
Empréstimos e financiamentos (nc)	-	-	417.818	582.180
Debêntures (nc)	-	-	73.669	36.643
Partes relacionadas	83.690	50.176	58	-
Concessões governamentais (nc)	-	-	44.087	42.784
Outras obrigações	-	2.056	22.555	15.174

(c) circulante

(nc) não circulante

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros-- Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao “valor justo por meio de resultado”, todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao “Custo Amortizado”. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, exceto pelo descrito em d.3.3 abaixo, não haviam outras operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1) Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

	2018			Variação cambial sobre investimentos no exterior R\$
	R\$	\$ARG	US\$	
Coteminas Argentina (*)	38.426	373.794	-	(10.616)
Lat Capital	2.805	-	724	431
SGUS	183.333	-	47.314	22.656
	-----	-----	-----	-----
Total dos investimentos no exterior	224.564	373.794	48.038	12.471
	=====	=====	=====	=====
	2017			Variação cambial sobre investimentos no exterior R\$
	R\$	\$ARG	US\$	
Coteminas Argentina (*)	45.162	254.577	-	(8.788)
Lat Capital	3.235	-	978	135
SGUS	150.045	-	45.358	5.549
	-----	-----	-----	-----
Total dos investimentos no exterior	198.442	254.577	46.336	(3.104)
	=====	=====	=====	=====

(*) Os investimentos na Coteminas Argentina são corrigidos monetariamente. Vide nota explicativa nº 2.4 às demonstrações financeiras.

d.3.2) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros na Companhia e controladas:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras, são como segue:

Instrumentos financeiros	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	78	3.437
Instrumentos financeiros derivativos	4.798	-
Duplicatas a receber	42.867	39.324
Títulos e valores mobiliários	75.729	63.819
Valores a receber de clientes	11.151	-
Fornecedores	(1.430)	(1.455)
Empréstimos e financiamentos	(178.388)	(197.517)
Partes relacionadas	(125.915)	(65.518)
	-----	-----
Total da exposição em Reais	(171.110)	(157.910)
	=====	=====
Total da exposição em milhares de dólares equivalentes	(44.160)	(47.736)
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte americanos já contratados em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2019	Alta do Dólar	(57.798)	(3.685)	(60.593)	(117.502)
2020	Alta do Dólar	10.760	1.684	12.528	23.372
2021	Alta do Dólar	2.878	1.104	4.167	7.231
		-----	-----	-----	-----
		(44.160)	(897)	(43.898)	(86.899)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita. O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de dólares e comparando com a taxa do dólar no final do exercício atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente. As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

d.3.3) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros derivativos na Companhia e em suas controladas:

As principais informações consolidadas sobre os instrumentos derivativos com risco de taxas de câmbio estão assim demonstradas:

Descrição	Valor de referência (Nocional) US\$mil		Valor justo – Ativo (Passivo)	
	2018	2017	2018	2017
Contratos de Opções (1) -- Posição: Venda Moeda: US\$ Dólar de liquidação: R\$3,8700 Contraparte: Itaú BBA Outras informações: 2 contratos de US\$35.000 mil (cada) Vencimentos em fevereiro/19	70.000	-	5.359	-
Contratos de Opções (2) -- Posição: Compra Moeda: US\$ Dólar de liquidação: R\$4,2700 Contraparte: Itaú BBA Outras informações: 1 contrato de US\$35.000 mil Vencimento em fevereiro/19	35.000	-	(260)	-
Contratos de Opções (3) -- Posição: Compra Moeda: US\$ Dólar de liquidação: R\$4,2050 Contraparte: Itaú BBA Outras informações: 1 contrato de US\$35.000 mil Vencimento em fevereiro/19	35.000	-	(301)	-
Total			----- 4.798 =====	----- - =====

Contratos de opções--são registrados pelo seu valor justo através do resultado. O valor justo dos contratos foi obtido diretamente com a instituição financeira contraparte, que avalia esses instrumentos financeiros a partir dos dados obtidos na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, como a taxa do Dólar futuro, volatilidade, taxas de juros e algoritmos próprios. (1) Se o valor do Dólar, na data de vencimento dos contratos, for menor que R\$3,8700, a Companhia receberá a diferença a menor, multiplicada pelo volume de Dólares dos respectivos contratos. A diferença para o Dólar maior do que R\$3,8700 não se constituirá em despesa. (2) Se o valor do Dólar, na data de vencimento do contrato, for maior que R\$4,2700, a Companhia pagará a diferença a maior, multiplicada pelo volume de Dólares do respectivo contrato. A diferença para o Dólar menor do que R\$4,2700 não se constituirá em receita. (3) Se o valor do Dólar, na data de vencimento do contrato, for maior que R\$4,2050, a Companhia pagará a diferença a maior, multiplicada pelo volume de Dólares do respectivo contrato. A diferença para o Dólar menor do que R\$4,2050 não se constituirá em receita. Contrato com condição suspensiva até que o valor do dólar atinja R\$4,4200 no período de vigência do contrato.

A Companhia deixou de apresentar a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros acima, tendo em vista que foram liquidados com recebimento no valor de R\$9.450 em fevereiro de 2019.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, fazendo reduzir suas margens. Em 2018, a CSA registrou um ganho de R\$10.859 (em 2017 um ganho de R\$2.922).

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos (exceto os descritos em d.5.1 e d.5.2 abaixo) sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR ou juros fixos estão demonstrados nas notas explicativas nº 13 e 22. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros.

d.5.1) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros--são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras – juros sobre empréstimos”. Não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de juros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

d.5.2) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	2018			2017	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 128,7% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. - NCE Vencimento: novembro/2021	165.000	1.998	(1.036)	165.962	165.646
Contrato de empréstimo -- Juros: 128,7% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. - NCE Vencimento: novembro/2021	165.000	1.998	(952)	166.046	165.477
Contrato de empréstimo -- Juros: 127,5% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. - CCB Vencimento: junho/2021	112.500	283	(2.758)	110.025	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 135,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. - NCE Vencimento: outubro/2018	-	-	-	-	19.111
Contrato de empréstimo -- Juros: IRP + 11,20% Contraparte: Banco Brasil S.A. - CCB Vencimento: junho/2018	-	-	-	-	60.114
(referência à nota explicativa nº 13)				442.033	410.348
Contrato de empréstimo -- Juros: 132,0% do CDI Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: fevereiro/2018	-	-	-	-	101.012
(referência à nota explicativa nº 13)				-	101.012
Contrato de empréstimo -- Juros: 149,0% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. - CCB Vencimento: junho/2021	39.316	29	-	39.345	49.311
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,0% Contraparte: Banco BBM S.A. - CCB Vencimento: julho/2021	8.581	8	-	8.589	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 150,5% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. - CCB Vencimento: julho/2021	14.388	16	-	14.404	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 149,0% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. - CCB Vencimento: novembro/2021	8.000	6	-	8.006	-
(referência à nota explicativa nº 13)				70.344	49.311

Descrição	2018			2017	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,2% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCB Vencimento: outubro/2021	18.106	82	-	18.188	20.073
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,2% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. - CCE Vencimento: outubro/2021	10.000	47	-	10.047	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,2% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. - CCE Vencimento: outubro/2021	10.000	47	-	10.047	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,4% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. - CCE Vencimento: outubro/2021	10.000	15	-	10.015	-
(referência à nota explicativa nº 13)				48.297	20.073
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: setembro/2020	20.000	165	-	20.165	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2020	10.191	19	-	10.210	-
(referência à nota explicativa nº 13)				30.375	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 2,8% Contraparte: Banco Itaú Unibanco S.A. – CCB Vencimento: abril/2019	25.000	260	-	25.260	-
(referência à nota explicativa nº 13)				25.260	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,7% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: janeiro/2019	5.000	89	-	5.089	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,7% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: fevereiro/2019	5.000	71	-	5.071	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,7% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: maio/2019	20.000	179	-	20.179	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,7% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: junho/2019	20.000	137	-	20.137	-
(referência à nota explicativa nº 13)				50.476	-

Descrição	2018			2017	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 89,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. - PPE Vencimento: maio/2019	44.093	313	(71)	44.335	62.209
Contrato de empréstimo -- Juros: 103,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. - PPE Vencimento: fevereiro/2020	37.518	616	(238)	37.896	54.107
Contrato de empréstimo -- Juros: 118,8% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. - PPE Vencimento: novembro/2020	43.064	158	(449)	42.773	54.640
(referência à nota explicativa nº 13)				125.004	170.956
Debêntures 3ª série -- Juros: 110,0% do CDI Contraparte: Gaia Agro Sec. S.A. Vencimento: junho/2020	37.500	122	(888)	36.734	48.595
Debêntures 4ª série -- Juros: CDI + 2,75 a.a. Contraparte: Diversos debenturistas Vencimento: fevereiro/2021	112.500	1.158	(2.070)	111.588	-
(referência à nota explicativa nº 14)				148.322	48.595
	940.757	7.816	(8.462)	940.111	800.295

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2018, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio	Cenários		
			Provável	II	III
2019	Alta do CDI	838.731	61.327	74.082	87.703
2020	Alta do CDI	397.083	30.443	45.745	54.449
2021	Alta do CDI	127.560	7.614	13.843	16.576
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima, referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano.

O cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, considerando-se os vencimentos do principal e do juros. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa, aos títulos e valores mobiliários e aos instrumentos derivativos. Esse risco é

mitigado pela política de efetuar transações financeiras somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez--Os passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos dos seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de sua liquidação, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto		
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.088.214	474.036	373.089	241.089
Debêntures	163.394	72.758	90.636	-
Fornecedores	112.830	112.830	-	-
Partes relacionadas	58	-	58	-
	-----	-----	-----	-----
	1.364.496	659.624	463.783	241.089
	=====	=====	=====	=====

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras. A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Consolidado	
	2018	2017
Empréstimos e financiamentos	945.059	1.027.041
Debêntures	148.322	48.595
Caixa e equivalentes de caixa	(139.474)	(155.442)
Títulos e valores mobiliários	(92.724)	(98.982)
Instrumentos financeiros derivativos	(4.798)	-
	-----	-----
Total da dívida líquida	856.385	821.212
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	1.325.042	1.149.507
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	2.181.427	1.970.719
	=====	=====

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem dois segmentos operacionais distintos: “Atacado” e “Varejo”.

A Companhia possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e portanto essas operações estão sob a denominação de segmento de “Atacado”, pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais.

A controlada AMMO, possui um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento “Varejo”, pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

As informações financeiras separadas pelos segmentos de negócios acima explicados são como seguem (em milhões de reais):

	2018 (operações continuadas)					
	América do Sul			América do Norte	Outros não alocáveis	
	Atacado	Varejo	Total	Atacado		Total
Receita operacional líquida	1.189,4	258,6	1.448,0	-	(77,2)	1.370,8
Custo dos produtos vendidos	(886,8)	(125,7)	(1.012,5)	-	66,9	(945,6)
Lucro bruto	302,6	132,9	435,5	-	(10,3)	425,2
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(224,3)	(142,8)	(367,1)	(17,7)	5,9	(378,9)
Recuperação de impostos	194,3	14,6	208,9	-	-	208,9
Outros	11,2	1,2	12,4	(6,2)	-	6,2
Resultado operacional	283,8	5,9	289,7	(23,9)	(4,4)	261,4
Resultado financeiro	-	-	-	-	(196,0)	(196,0)
Resultado antes dos impostos	283,8	5,9	289,7	(23,9)	(200,4)	65,4
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Depreciação e amortização	72,8	3,1	75,9	0,7	-	76,6
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

2017 (operações continuadas)						
	América do Sul			América do Norte	Outros não alocáveis	Total
	Atacado	Varejo	Total	Atacado		
Receita operacional líquida	1.235,5	252,8	1.488,3	-	(74,2)	1.414,1
Custo dos produtos vendidos	(913,9)	(123,2)	(1.037,1)	-	74,2	(962,9)
Lucro bruto	321,6	129,6	451,2	-	-	451,2
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(217,1)	(127,4)	(344,5)	(14,5)	(4,3)	(363,3)
Outros	8,7	(1,1)	7,6	15,7	-	23,3
Resultado operacional	113,2	1,1	114,3	1,2	(4,3)	111,2
Resultado financeiro	-	-	-	-	(180,2)	(180,2)
Resultado antes dos impostos	113,2	1,1	114,3	1,2	(184,5)	(69,0)
Depreciação e amortização	67,0	3,9	70,9	0,6	-	71,5

A Companhia em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, produtos intermediários e varejo.

As informações de venda por categoria ou linha de produtos são como segue:

	Consolidado	
	2018	2017
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	851,7	871,4
Produtos intermediários	260,5	289,9
Varejo	258,6	252,8
	1.370,8	1.414,1
Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	26,5	28,4
Produtos intermediários	23,8	28,2
	50,3	56,6

A Companhia possui mais de 10.000 clientes ativos em 31 de dezembro de 2018 e apenas um cliente concentra vendas de aproximadamente 6% das vendas líquidas.

26. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	2018	2017
Custos das matérias primas, mercadorias e serviços adquiridos de terceiros	(815.567)	(825.095)
Benefícios a empregados	(320.923)	(339.727)
INSS	(33.767)	(37.559)
Depreciação e amortização	(76.567)	(71.508)
Variação dos estoques de produtos acabados e em elaboração	(18.759)	(1.583)
Variação cambial nos estoques de controlada no exterior	(12.927)	(2.028)
Outros	(46.034)	(48.722)
	-----	-----
Total por natureza	(1.324.544)	(1.326.222)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	2018	2017
Custo dos produtos vendidos	(945.686)	(962.907)
Vendas	(261.667)	(250.568)
Gerais e administrativas	(105.075)	(102.209)
Honorários da administração	(12.116)	(10.538)
	-----	-----
	(1.324.544)	(1.326.222)
	=====	=====

27. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue, abaixo, a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL:		
Receitas brutas		
Vendas de mercadorias, serviços e outros	1.781.136	1.845.723
Deduções das receitas	(410.299)	(431.555)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.370.837	1.414.168
	=====	=====

28. LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O lucro (prejuízo) básico por ação foi calculado como segue:

	2018	2017
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	57.894	(41.824)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	53.674	62.867
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	111.568	21.043
Número médio ponderado das ações ordinárias	50.000.000	50.000.000
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$):		
Das operações continuadas	1,1579	(0,8364)
Das operações descontinuadas	1,0735	1,2573
Total	2,2314	0,4209

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o lucro (prejuízo) básico por ação é igual ao lucro (prejuízo) diluído por ação.

29. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 28 de dezembro de 2018, a Companhia anunciou fato relevante, informando que celebrou “Acordo de Compra e Contribuição de Ativos” (“Acordo”) com a Keeco, empresa americana de produtos moda lar, para combinação de suas operações na América do Norte. Nos termos do Acordo, concluído em 15 de março de 2019 (vide nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras), a SGUS concordou em vender os ativos e passivos usados em suas operações para a Keeco, pelo valor de US\$126 milhões, sendo: US\$90 milhões em dinheiro, no fechamento da transação e US\$36 milhões em ações ordinárias da empresa combinada, representando uma participação de 17,5% do capital social da empresa combinada, Keeco Holdings, LLC. A transação estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, usuais a este tipo de negócio.

Desta forma, nos termos do CPC 31 e da IFRS 5, as receitas e despesas das operações vendidas para a Keeco, anteriormente apresentadas no segmento operacional “América do Norte – Atacado”, foram apresentadas como “Operações descontinuadas” nas demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como os ativos e passivos das referidas operações foram apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 como “Ativos mantidos para venda” e “Passivos diretamente relacionados aos ativos mantidos para venda”, respectivamente. As demonstrações do resultado abrangente e dos fluxos de caixa, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, estão sendo reapresentadas, para fins de comparação, considerando as operações descontinuadas.

O saldo das operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2018 são como segue:

	<u>Consolidado</u>
ATIVOS	
CIRCULANTE:	
Duplicatas a receber	91.053
Estoques	161.120
Outros créditos a receber	4.852
NÃO CIRCULANTE:	
Outros	774
Investimentos	-
Imobilizado	6.764
Intangível	43.681

Total dos ativos mantidos para venda	308.244
	=====
PASSIVOS	
CIRCULANTE:	
Empréstimos e financiamentos	111.679
Fornecedores	112.689
Obrigações sociais e trabalhistas	866
Outras contas a pagar	4.867
NÃO CIRCULANTE:	
Planos de aposentadoria e benefícios	9.985

Total dos passivos diretamente relacionados aos ativos mantidos para venda	240.086
	=====
ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA, LÍQUIDOS.	68.158
	=====

O resultado das operações descontinuadas destacado na demonstração do resultado está apresentado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-	905.575	784.527
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	-	-	(783.981)	(658.229)
	-----	-----	-----	-----
LUCRO BRUTO	-	-	121.594	126.298
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:				
De vendas	-	-	(25.841)	(22.248)
Gerais e administrativas	-	-	(35.150)	(29.697)
Equivalência patrimonial	53.674	62.867	-	-
Outras, líquidas	-	-	3.340	(4.710)
	-----	-----	-----	-----
RESULTADO OPERACIONAL	53.674	62.867	63.943	69.643
	-----	-----	-----	-----
Despesas financeiras – juros e encargos	-	-	(6.549)	(5.017)
	-----	-----	-----	-----
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	53.674	62.867	57.394	64.626
Provisão para imposto de renda e contribuição social:				
Corrente	-	-	(3.700)	(1.759)
Diferido	-	-	(20)	-
	-----	-----	-----	-----
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	53.674	62.867	53.674	62.867
	=====	=====	=====	=====

A demonstração dos fluxos de caixa das operações descontinuadas está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais descontinuadas:				
Resultado das operações	53.674	62.867	53.674	62.867
Depreciação e amortização	-	-	2.743	2.202
Equivalência patrimonial	(53.674)	(62.867)	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	3.720	1.759
Juros, encargos e comissões	-	-	4.995	3.539
Perda (reversão de perda) no valor recuperável dos ativos	-	-	(1.047)	771
	-----	-----	-----	-----
	-	-	64.085	71.138
Variações nas contas de ativos e passivos:				
Duplicatas a receber	-	-	(5.099)	8.271
Estoques	-	-	(19.839)	4.904
Fornecedores	-	-	15.505	(3.375)
Outros	-	-	775	(1.838)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais descontinuadas antes de juros e impostos	-	-	55.427	79.100
Juros pagos sobre empréstimos	-	-	(3.498)	(3.425)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(663)	(4.674)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais descontinuadas após de juros e impostos	-	-	51.266	71.001
	-----	-----	-----	-----
Fluxo de caixa das atividades de investimento descontinuadas:				
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(2.631)	(864)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento descontinuadas	-	-	(2.631)	(864)
	-----	-----	-----	-----
Fluxo de caixa das atividades de financiamento descontinuadas:				
Ingresso de novos empréstimos	-	-	171.888	-
Liquidação de empréstimos	-	-	(178.899)	-
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento descontinuadas	-	-	(7.011)	-
	-----	-----	-----	-----
Total do caixa gerado pelas operações descontinuadas	-	-	41.624	70.137
	=====	=====	=====	=====

30. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 15 de março de 2019, a Companhia anunciou fato relevante, informando a conclusão do Acordo de Compra e Contribuição de Ativos com a Keeco. A conclusão se deu nos moldes anunciados anteriormente, confirmando assim os valores acordados, a saber:

Resultado contábil esperado	US\$ mil	R\$ mil (*)
Valor da venda dos ativos e passivos	126.000	488.225
Pagamento ao Wells Fargo	(28.822)	(111.679)
Ativos mantidos para venda	(79.551)	(308.244)
Variação do capital circulante líquido	(2.635)	(10.210)
Passivos diretamente relacionados aos ativos mantidos para venda	61.961	240.086
Despesas com a transação	(7.691)	(29.801)
	-----	-----
Resultado esperado antes dos impostos	69.262	268.377
Absorção de Imposto de renda diferido (não caixa)	(16.623)	(64.410)
	-----	-----
Resultado contábil esperado com a operação	52.639	203.967
	=====	=====

(*) Os valores poderão sofrer variação na data de fechamento. Valores em reais apurados utilizando taxa de conversão de 31 de dezembro de 2018, de R\$3,8748.

* * * * *